

Ata da 66ª Reunião Ordinária
Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - CIMGC
realizada em 15/03/2012, 5ª feira, na Sala de Reuniões dos Conselhos, 2ª. Andar
SEPED/MCTI

Membros Participantes:

1. Adriano Santhiago de Oliveira – **Representante Suplente do Ministério do Meio Ambiente**
2. Demetrio Florentino de Toledo Filho – **Representante Suplente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
3. Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo – **Representante Titular do Ministério dos Transportes**
4. André Odenbreit Carvalho – **Representante Suplente do Ministério das Relações Exteriores**
5. Felipe Taufik Daud – **Representante Suplente da Casa Civil da Presidência da República**
6. João Luiz Tedeschi – **Representante Titular do Ministério da Fazenda**

Outros Participantes:

1. Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
2. Luís Fernando Badanhhan – **Ministério das Minas e Energia**
3. Gustavo Bracale – **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
4. Sérgio Luis S. Moreira – **Ministério do Planejamento**
5. Rodrigo Oliveira – **Ministério do Planejamento**
6. Mario Henrique Rodrigues Mendes – **Ministério do Meio Ambiente**
7. Luiz Eduardo F. Tinoco – **Ministério das Cidades**
8. Pedro Luiz Simpson Júnior – **Consultor Técnico CGMC/PNUD**
9. Breno Simonini Teixeira – **Consultor Técnico CGMC/PNUD**
10. Naiara de Souza Silva – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
11. Lúdia Miranda de Lima - **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**

1. Abertura da Reunião

Dra. Sonia Bittencourt iniciou a reunião às 15h15min dando boas vindas a todos e informou que iria conduzir a reunião por solicitação do Dr. Carlos Nobre. Em seguida, fez menção à solicitação da Embaixada do Japão para divulgação do Seminário sobre Tecnologias de

Baixo Carbono a ser realizado no Ministério do Meio Ambiente no dia 26 de março às 15h00min. Informou que a Embaixada do Japão enviaria convite aos membros da Comissão e que havia solicitado aos mesmos a divulgação do evento.

2. Aprovação Minuta de alteração do Parágrafo Único, do Art. 6º da Resolução nº 7 da CIMGC.

Dra. Sonia solicitou inversão de pauta para iniciar a reunião com a deliberação sobre a alteração do Parágrafo Único, do Art. 6º da Resolução nº 7 da CIMGC, uma vez que o Dr. Felipe Daud, que colaborou com a Secretaria Executiva na preparação deste assunto, precisaria ausentar-se da reunião antes do seu final. Informou que a Dra. Lídia, advogada da Conjur do MCTI que elaborou parecer jurídico sobre o assunto, participaria da reunião na discussão deste item, para fornecer esclarecimentos caso necessários.

Dr. Felipe Daud colocou a questão de que a Conjur do MCTI interpretou o referido parágrafo no sentido de que seria necessário que os proponentes de projetos apresentassem Ata da Assembléia Geral e um instrumento de mandato, no caso de se tratar de empresa privada, ou de portaria que designasse representante do projeto em questão, para o caso de o proponente se tratar de ente público. Perguntou à Dra. Lídia se a Comissão poderia simplesmente considerar o parecer da Conjur como uma complementação da Resolução nº 7 da CIMGC, ou se haveria necessidade de promover alteração da mesma. Justificou que a possibilidade de incluir o parecer como complementação da resolução tornaria o processo mais ágil, visto que vários projetos estavam parados na Secretaria Executiva aguardando a definição da documentação necessária a ser solicitada aos proponentes. Dra. Lídia respondeu que a CIMGC é soberana para definir por simples consenso a documentação necessária, se valendo ou não de alteração da resolução. Por fim, o Colegiado decidiu que o parecer da Conjur seria considerado como complementação da Resolução nº 7 e que esta informação seria disponibilizada na página do MCTI.

3. Aprovação da Ata da 65ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

Dr. Adriano Santhiago solicitou correção na página 6 par. 5º, de modo que conste “Apresentar a versão em português do Relatório de Validação...”. Adriano também solicitou que, na tabela da página 10, sejam substituídas todas as repetições do termo “Recebido” pelo termo “Submetido” e vice-versa, uma vez que, o primeiro define o status do projeto que chega à Secretaria Executiva da CIMGC, e o segundo termo refere-se à submissão do projeto para análise da comissão, passando a contar o prazo de 60 dias para que o projeto seja submetido à deliberação do colegiado. Também solicitou a substituição do termo “Emissões Certificadas de Créditos de Emissões” (página 12, 5ª e 6ª linhas) por “Reduções Certificadas de Emissões – CERs”.

Houve solicitação, também, de inclusão da data da reunião (02/02/2012) na Ata e de correção do nome do Sr. Diogo Ramos Coelho, que constava como Diego. Em seguida, a Ata da 65ª Reunião da CIMGC foi aprovada por unanimidade.

4. Proposta de Reunião Extraordinária *online*, antes da 67ª Reunião, para deliberação a respeito dos projetos 317/2012, 318/2012, 319/2012, 320/2012 e 321/2012:

Dra. Sonia Bittencourt informou sobre a necessidade de se marcar uma reunião extraordinária da CIMGC, para deliberação sobre os projetos supracitados, os quais foram submetidos na 64ª Reunião, em 02/02/2012. Dr. Adriano sugeriu que a Secretaria Executiva enviasse e-mail para todos os membros, contendo os pareceres do MCTI sobre os projetos em tela e estipulando prazo para manifestações. Também ressaltou que a reunião extraordinária deveria ocorrer até 02/04/2012 para que se cumpra com o prazo máximo de 60 dias para deliberação da CIMGC, conforme determinado no Art.2º da Resolução nº5.

Dra. Sonia Bittencourt ressaltou que o problema central é o prazo, mas que teria de ser considerado também, o fato de ainda não terem sido contratados os pareceristas *ad hoc* para composição do painel de especialistas. Relatou que até o momento, apenas dois classificados foram contratados, pois os seguintes fizeram parte do painel anterior e estavam cumprindo interstício obrigatório de 90 dias para nova contratação, o que poderia ocorrer somente após 31 de março. Ressaltou a baixa disponibilidade no mercado de profissionais especializados no assunto. Para contornar o fato do número limitado de pareceristas *ad hoc* disponíveis no painel de especialistas, informou que cada projeto contaria com somente um parecer (normalmente são dois) e que solicitaria aos consultores técnicos da Secretaria Executiva concentração de esforços para realização criteriosa de análise dos pareceres emitidos. Informou, também, que os documentos dos projetos que seriam submetidos à deliberação na referida reunião extraordinária, seriam disponibilizados na página de acesso restrito aos membros até 19/03/2012.

Decidiu-se que a Secretaria Executiva vai disponibilizar aos membros (área de acesso restrito) os pareceres do MCTI à medida que forem concluídos e que os membros devem encaminhar seu posicionamento a respeito dos projetos até 02/04/2012, sendo considerados aprovados os projetos pelo membro que não apresentar manifestação.

5. Cartas-consulta sobre procedimentos empregados na consulta das partes interessadas locais

Dra. Sonia Bittencourt informou ter recebido duas cartas-consulta sobre o assunto supracitado e que cópias das mesmas foram disponibilizadas aos membros. As referidas cartas solicitam orientação da CIMGC sobre o procedimento a ser adotado nos seguintes casos:

a) pergunta enviada por Adriana Berti da empresa EQAO: "...a consulta das partes interessadas locais de um projeto não seguiu os requisitos da Resolução nº 7 em relação ao tempo de convidar as entidades locais a comentar a atividade de projeto (15 dias antes de iniciar a consulta global). O DCP e o Anexo III estavam disponíveis em 25 de julho de 2011 e o processo de consulta global às partes interessadas no site da UNFCCC começou em 23 de julho de 2011. Apesar deste atraso, o DCP continua publicamente disponível para consulta das partes interessadas locais e até então não foram recebidos comentários das partes interessadas locais ou globais. Os documentos continuam disponíveis e permanecerão durante todo o processo de validação, garantindo transparência para o

desenvolvimento do projeto MDL”. A empresa foi questionada pela EOD sobre o processo e pergunta à CIMGC qual a melhor conduta a ser tomada neste momento.

Resposta da CIMGC: Deve-se cumprir os 15 dias determinados na Resolução nº 7, para iniciar o processo de validação.

b) pergunta enviada por Mariana Turibio: “referente ao projeto da Central Geradora Eolielétrica do Delta do Parnaíba, houve um pequeno engano no envio das Cartas Convite-Comentário, que foram enviadas com o nome antigo do projeto (Atividade de projeto das Centrais Geradoras Eólicas Delta do Parnaíba, Porto das Barcas e Rio Igarçu). Estas cartas foram devidamente enviadas 15 dias antes do início da validação e este erro foi percebido somente durante a visita de validação. Além disso, a carta enviada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parnaíba retornou ao remetente por motivo de destinatário ausente em três tentativas de entrega. A empresa solicita orientação em como proceder nos casos acima.

Resposta da CIMGC: Deve-se seguir as determinações do Artigo 3º da Resolução n.º 7 da CIMGC.

6. Apresentação do livro “Mudança do Clima no Brasil – aspectos econômicos, sociais e regulatórios” pelo Sr. Gustavo Luedemann do Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA

Dr. Gustavo apresentou-se, fez um breve relato sobre o livro, destacando que o principal objetivo dos autores na elaboração deste trabalho foi oferecer aos leitores uma publicação nacional sobre as políticas de combate ao aquecimento global, com textos de especialistas em temas pertinentes com um enfoque analítico. Em seguida, disponibilizou exemplares da publicação aos membros da CIMGC e demais participantes da reunião.

7. Deliberações sobre os projetos em análise

a) Projeto 311/2012 – Projeto de MDL Passos Maia: a Comissão manifestou parecer em que solicita que a atividade do projeto seja colocada **em revisão**, sendo necessário atender às seguintes exigências:

A data de início do primeiro período de obtenção de crédito é informada como 01 de janeiro de 2012, prevista para ser a data de início de operação e de registro do projeto. Pede-se que acrescente a informação de que a data também pode ser aquela de registro da atividade de projeto de MDL no Conselho Executivo, o que ocorrer por último.

A cópia da licença ambiental apresentada está com data de validade expirada. Solicita-se que o proponente apresente nova cópia de licença de instalação válida, ou informe se a usina já foi instalada. Neste caso, deve informar também se a mesma já se encontra em operação – no caso de resposta afirmativa, enviar respectiva cópia de Licença de Operação.

Reapresentação do documento de resposta ao Anexo III da Resolução 01, por meio do qual

são descritas as contribuições da atividade de projeto para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os seguintes itens precisam ser repensados, reescritos e corrigidos:

1) no quesito (a) Contribuição para a sustentabilidade ambiental local, em um dos parágrafos constam os termos “As PCHs do Projeto Estelar”, sem que haja explicação para tal denominação. Com base na documentação apresentada, não foi possível constatar nenhuma relação das “PCHs do Projeto Estelar” com a atividade de projeto em questão. Se se tratar de um equívoco, pede-se retificação; se intencional, explicar do que se trata;

2) no quesito (b) Contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos, no primeiro parágrafo encontram-se os termos “a implantação do Projeto Estelar”, provavelmente um equívoco, tendo em vista se tratar de outro projeto. Ademais, as informações prestadas são demasiado genéricas. Na página 3 do DCP consta a seguinte informação: os trabalhos de implantação da PCH durarão aproximadamente 18 meses, e demandarão, em média, 180 trabalhadores. Solicita-se que sejam confirmadas essas estimativas de quantos trabalhadores serão ou foram necessários para a construção da PCH, fazendo constar essa informação na resposta ao Anexo III da Resolução 01 da CIMGC, bem como o número de empregos diretos e indiretos voltados para seu posterior funcionamento;

3) no quesito (c) Contribuição para a distribuição de renda, afirma-se que o projeto “integra a população local em todas as fases de seus empreendimentos”, sem que haja maiores detalhes ou se explique a informação. No último parágrafo aparece grafado “Projeto de MDL Estelar”, provavelmente um equívoco, e afirma-se que o potencial de distribuição de renda de referido projeto “é muito superior aos cenários de referência”, que “a continuidade da situação atual (...) não provoca aumento de renda, nem melhora a sua distribuição para regiões menos favorecidas” e que “a construção de empreendimentos termelétricos não utiliza um volume tão intensivo de mão de obra e, dessa forma, não apresentam o mesmo poder de distribuição de recursos financeiros”. Para que tais sentenças sejam mantidas no projeto, pede-se que sejam apresentadas justificativas plausíveis para tais afirmações, de preferência com dados ou estimativas referendando-as. Caso contrário, pede-se uma reformulação completa das informações;

4) no quesito (d) Contribuição para a capacitação e o desenvolvimento tecnológico, há novamente grafia equivocada: “Projeto Estelar”. Esclarecer ou corrigir o equívoco.

5) no quesito (e) Contribuição para a integração regional e articulação com outros setores, a informação é insatisfatória. No terceiro parágrafo, diz-se que “as obras do Projeto só podem ser desenvolvidas com a implementação e/ou melhoria da infraestrutura local”, logo, entende-se que tal implementação e/ou melhoria seria condição primeira para o sucesso do projeto, de maneira que se não ocorresse o projeto fracassaria. Caso a informação seja verdadeira, tal condição tem obrigatoriamente que estar presente nas etapas do projeto, anterior à construção da PCH, sendo necessário, nesse caso, apresentar dados que comprovem que houve a implantação e/ou melhoria da infraestrutura local para que as obras do projeto pudessem ser desenvolvidas. No caso de ter ocorrido equívoco ao se prestar a informação, solicita reformulação da sentença. No mesmo parágrafo, lê-se que “a própria geração de energia proveniente da PCH Passos Maia, contribui para o oferecimento

das condições de infraestrutura básica para a implementação de novos empreendimentos que proporcionam a geração de emprego e renda na região”, trecho este em que percebemos inadequação e equívoco, visto que o projeto anteriormente afirma que a energia elétrica gerada será fornecida ao Sistema Interligado Nacional, ou seja, ajudará o Brasil como um todo, e não somente, nem principalmente sua região. Não se trata de geração descentralizada de energia para consumo local. Assim sendo, não é coerente a afirmação da maneira como está colocada, tornando-se necessária a reformulação.

Na versão em português, a Tabela 4, da seção A.4.4 apresenta valores de redução de emissão estimada anual grafados como em inglês, ou seja, com o marcador da casa de milhares sendo vírgula (.). Por se tratar de versão em português, esses valores devem ser corrigidos de forma a apresentar o referido marcador como ponto (.). O mesmo problema é observado na Tabela 7 da seção B.4 e na Tabela 10 da seção B.5, o que exige correção no mesmo sentido;

Ao longo do DCP são encontrados valores cujos marcadores de milhares são pontos em vez de vírgulas e vice-versa, de modo que, por se tratar de versão em português, se evidencia incorreção. É necessário revisar o documento adequadamente, de modo que o uso de separadores de casas decimais e de milhares sejam utilizados de forma correta, ou seja, como vírgula (,) e ponto (.) respectivamente.

A página 25 do Relatório de Validação apresenta valores grafados como em inglês, uma vez que é usado o ponto (.) como separador de casas decimais em vez de vírgula (,), o que deve ser corrigido. Este erro também é observado na página 30 do mesmo documento;

A tabela da página 25, que se estende à página 27, apresenta valores em reais com o símbolo “**BRL**”, em vez de “R\$”. Deve ser feita a substituição, de modo que os valores em moeda nacional do Brasil seja precedido do símbolo “R\$”.

b) Projeto 312/2012 – Usina Eólica Cabeço Preto: a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

Encaminhar à Secretaria Executiva da CIMGC as cópias das cartas-convite enviadas aos atores envolvidos, interessados e/ou afetados pelas atividades do projeto bem como cópia dos comprovantes de recebimento pelos destinatários, de acordo com o Art. 3º, parágrafo 5º da Resolução nº 7 da CIMGC;

Encaminhar à Secretaria Executiva da CIMGC declaração de adequação à legislação trabalhista no idioma português, uma vez que somente uma cópia de versão em inglês consta da documentação enviada;

Encaminhar à Secretaria Executiva da CIMGC cópias dos contratos sociais, com a última alteração, das empresas participantes do projeto de modo a se verificar a legitimidade das assinaturas constantes das declarações obrigatórias enviadas;

Encaminhar à Secretaria Executiva da CIMGC declaração de adequação à legislação trabalhista no idioma português devidamente assinado;

Encaminhar à Secretaria Executiva da CIMGC cópia da Licença Prévia, de número 2009-027974/TEC/LP-0028 e do Relatório Ambiental Simplificado, citados na Seção D do DPC; Ademais, no terceiro parágrafo do item D.2 da versão em português, o proponente afirma “as seguintes medidas de mitigação serão tomadas para diminuir os principais impactos ambientais e para beneficiar mais a sociedade” e, sem indicar nenhuma medida, prossegue “Estas ações foram realizadas de acordo com as atividades solicitadas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA)”. Pede-se que complemente a informação, descrevendo as respectivas medidas e ações.

É citado no DCP, página 15, Seção B5, sub etapa 1b, 3º parágrafo, que a Fundação do Meio ambiente de Minas Gerais – FEAM, é uma das Entidades que Atividade de Projeto está em acordo. No entanto, observa-se que Atividade de projeto está Localizada no Estado do Rio Grande do Norte onde a FEAM-MG não atua. Este erro também é cometido na página 14 do PDD. Deve-se proceder a esta correção no DCP.

No Anexo III, página 1, 1º Parágrafo, é citado que o “projeto da Usina Eólica Cabeço Preto IV faz parte de estratégias governamentais para a promoção do desenvolvimento auto-sustentável do estado do Rio Grande do Norte (...)”. Entende-se pertinente reavaliar a citação, uma vez que o referido Projeto é um empreendimento privado, mesmo que relevante não se constitui uma estratégia governamental.

Ao longo de toda versão em português do PDD são encontrados trechos não traduzidos do inglês para o português, tanto de textos quanto de valores numéricos cujos separadores de casas decimais e de milhares são utilizados como em inglês, ou seja, sendo estes separadores ponto (.) e vírgula (,), respectivamente, quando o uso correto destes marcadores deveria ser invertido no idioma português, ou seja, ponto (.) para separar casas de milhares e vírgula (,) para separação de números decimais dos inteiros. Estes erros demandam uma revisão do PDD em sua íntegra, por comprometerem a compreensão da leitura;

O PDD cita por duas vezes o “Conselho Estadual de Proteção Ambiental (CEPRAM)” como órgão estadual que teria emitido autorização para construção do parque eólico. No entanto, o órgão responsável por emitir autorizações e/ou licenças deste tipo no estado do Rio Grande do Norte é o IDEMA. Deve-se corrigir este equívoco no PDD, que só ocorre em sua versão em português;

O item A.4.1.4 apresenta tradução incorreta entre o português e o inglês. O que em português consta como “A área onde as turbinas serão instaladas é limitada pelos vértices:” deve ser traduzido para o inglês como “*The area where the wind turbines will be installed is limited by the vertices*”, no lugar de “*The area where the wind turbines will be installed in the following vertices*”.

A data de início do primeiro período de obtenção de crédito é informada como 01 de janeiro de 2012. Pede-se que acrescente a informação de que a data também pode ser

aquela de registro da atividade de projeto de MDL no Conselho Executivo, o que ocorrer por último.

A versão em português do PDD traz a informação de que a capacidade instalada do Parque Eólico é de 19,8MW, no entanto, na Seção B.5, página 29, encontra-se a informação de que “sua capacidade total é de 30MW”. Este valor de 30MW também é encontrado na tabela Cronograma de eventos do projeto, página 12, também na Seção B.5. Devem-se corrigir estes valores.

A página 56 do Relatório de Validação apresenta o valor total de redução de emissões de 264.320 tCO₂e, que não é compatível com os valores apresentados nos demais documentos (PDD, DCP e *Validation Report*), nos quais consta o valor de 194.887 tCO₂e. Assim, deve-se corrigir a versão em português neste ponto;

Nas páginas 1, 10 e 11 do Relatório de Validação encontram-se valores grafados como em inglês, ou seja, utilizando-se vírgula (,) para separar casas de milhares das de unidades em vez de ponto (.) e fazendo uso de ponto (.) para se separarem casas decimais de números inteiros. Deve-se proceder às correções. Também devem ser corrigidas as datas que estão grafadas como em inglês, de modo que, em vez de serem escritas no formato mm/dd/aaaa sejam escritas no formato dd/mm/aaaa.

c) Projeto 313/2012 – Usina Eólica Pedra do Reino: a Comissão manifestou parecer em que solicita que a atividade do projeto seja colocada **em revisão**, sendo necessário atender às seguintes exigências:

De acordo com o parágrafo 1º do art. 3º da Resolução nº7 da CIMGC, os convites de comentários enviados pelos proponentes do projeto aos atores envolvidos, interessados e/ou afetados pelas atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo devem ser enviados 15 dias antes do início do processo de validação, de forma a garantir que eventuais comentários sejam incorporados na documentação a ser submetida a esta Comissão com vistas a obter a aprovação das atividades de projeto pela Autoridade Nacional Designada.

Além da necessidade de adequação da atividade do projeto à exigência supracitada, devem ser atendidas as demais exigências:

Encaminhar à Secretaria Executiva do CIMGC cópias dos contratos sociais das empresas participantes do projeto de modo a se verificar a legitimidade das assinaturas constantes das declarações obrigatórias enviadas;

Encaminhar à Secretaria Executiva do CIMGC Licença de Operação do empreendimento, uma vez que o início da atividade do projeto data de 26/03/2010 e que, conforme a legislação brasileira (Lei nº 6938/81 e Resolução CONAMA nº 237/97, entre outras) é necessária a LO para a operação do empreendimento. Ademais, pede-se que o proponente apresente cópias da Licença Prévia e do Relatório Ambiental Simplificado que foram

citados na Seção D, e informe se existem Licenças de Instalação e Operação, apresentando respectivas cópias, haja vista que não se encontram nos documentos complementares;

No Anexo III, página 1, 1º Parágrafo, é citado que o “projeto da Usina Eólica Pedra do Reino faz parte de estratégias governamentais para a promoção do desenvolvimento auto-sustentável do estado da Bahia (...)”. Entende-se pertinente reavaliar a citação, uma vez que o referido Projeto é um empreendimento privado, mesmo que relevante não se constitui uma estratégia governamental.

No terceiro parágrafo do item D.2 da versão em português, o proponente afirma “as seguintes medidas de mitigação serão tomadas para diminuir os principais impactos ambientais e para beneficiar mais a sociedade” e, sem indicar nenhuma medida, prossegue “Estas ações foram realizadas de acordo com as atividades solicitadas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA)”. Pede-se que complemente a informação, descrevendo as respectivas medidas e ações.

Ao longo de toda versão em português do PDD são encontrados trechos não traduzidos do inglês para o português, tanto de textos quanto de valores numéricos cujos separadores de casas decimais e de milhares são utilizados como em inglês, ou seja, sendo estes separadores ponto (.) e vírgula (,), respectivamente, quando o uso correto destes marcadores deveria ser invertido no idioma português, ou seja, ponto (.) para separar casas de milhares e vírgula (,) para separação de números decimais dos inteiros. Estes erros demandam uma revisão do PDD em sua íntegra, por comprometerem a compreensão da leitura;

O item A.4.1.4 apresenta tradução incorreta entre o português e o inglês. O que em português consta como “A área onde as turbinas serão instaladas é limitada pelos vértices:” deve ser traduzido para o inglês como “*The area where the wind turbines will be installed is limited by the vertices:*”, no lugar de “*The area where the wind turbines will be installed in the following vertices*”.

A data de início do primeiro período de obtenção de crédito é informada como 01 de janeiro de 2012. Pede-se que acrescente a informação de que a data também pode ser aquela de registro da atividade de projeto de MDL no Conselho Executivo, o que ocorrer por último.

O PDD cita por duas vezes o “Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA)” como órgão estadual que teria emitido autorização para construção do parque eólico. No entanto, órgão responsável por emitir autorizações e/ou licenças deste tipo no estado de Pernambuco é o CEPRAM - Conselho Estadual de Proteção Ambiental. Deve-se corrigir este equívoco no PDD, que só ocorre em sua versão em português. Pede-se, portanto, retificação do item D.2 (página 47 do DCP) bem como no item B.5 (página 14 do DCP), onde o erro também ocorre. Já no PDD, versão em inglês do DCP, no item B.5 (página 14) cita-se a Fundação do Meio Ambiente de Minas Gerais – FEAM. Não havendo justificativa para que tal órgão ali seja citado, pede-se retificação.

A versão em português do Relatório de Validação não está em consonância com a versão em inglês, uma vez que a Tabela 4-1.2 da versão em inglês apresenta as nove versões do DCP, e a versão em português o Relatório de Validação é apresentado somente até a versão 2.0;

Na página 1 do Relatório de Validação encontram-se datas grafadas como em inglês, de modo que, em vez de serem escritas no formato mm/dd/aaaa devem ser corrigidas e grafadas no formato dd/mm/aaaa.

d) Projeto 314/2012 – Usina Eólica Cabeço Preto IV: a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

Encaminhar à Secretaria Executiva do CIMGC a seguinte documentação de suporte:

Cópias da Licença Prévia e do Relatório Ambiental Simplificado que foram citados na Seção D do DCP, e informe se existem Licenças de Instalação e Operação, apresentando respectivas cópias, haja vista que não se encontram nos documentos complementares. No terceiro parágrafo do item D.2 da versão em português, o proponente afirma “as seguintes medidas de mitigação serão tomadas para diminuir os principais impactos ambientais e para beneficiar mais a sociedade” e, sem indicar nenhuma medida, prossegue “Estas ações foram realizadas de acordo com as atividades solicitadas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA)”. Pede-se que complemente a informação, descrevendo as respectivas medidas e ações.

Licença Prévia – 2010-036847/TEC/LP-0076 – emitida pelo IDEMA em 12/05/2010 para a Gestamp Eólica Brasil S. A. – Válida até 12/05/2012.

Informar o endereço completo, inclusive o CEP, do Sr. José Antonio Orue Mera responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial.

Encaminhar documentos que comprovem a legitimidade do seu representante para assinar as declarações de conformidade das atividades do projeto com as legislações ambiental e trabalhista em vigor, quais sejam, ata da Assembléia-Geral (sociedade anônima), e ainda, a designação (procuração registrada em cartório), emitida por todos os participantes do projeto, todas nomeando ao Sr. José Antonio Orue Mera competência para atuar como responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial.

O conteúdo das cartas-convite está de acordo com o estabelecido pela AND brasileira, porém as cartas não especificavam o nome de cada destinatário. O proponente do projeto deve apresentar cópia de todas as cartas-convite enviadas aos atores, bem como cópia dos comprovantes de recebimento pelos destinatários, de acordo com o art. 3º, parágrafo 5º, da Resolução nº 7 da CIMGC.

No Anexo III, página 1, 1º Parágrafo, é citado que o “projeto da Usina Eólica Cabeço Preto IV faz parte de estratégias governamentais para a promoção do desenvolvimento autossustentável do estado do Rio Grande do Norte (...)”. Entende-se pertinente reavaliar a citação, uma vez que o referido Projeto é um empreendimento privado, mesmo que relevante não se constitui uma estratégia governamental.

No Documento de Concepção do Projeto

A data de início do primeiro período de obtenção de crédito é informada como 01 de janeiro de 2012. Pede-se que acrescente a informação de que a data também pode ser aquela de registro da atividade de projeto de MDL no Conselho Executivo, o que ocorrer por último.

No item B.5 (pág. 14 do DCP e pág. 14 do PDD) é citada, sem justificativa, a Fundação do Meio Ambiente de Minas Gerais (FEAM), quando o projeto é localizado no Rio Grande do Norte. No último parágrafo da pág. 13 do PDD encontra-se a sigla CEPRAM, órgão encontrado nos Estados da Bahia e de Alagoas. Pede-se retificação.

O item A.4.1.4 apresenta tradução incorreta entre o português e o inglês. O que em português consta como “A área onde as turbinas serão instaladas é limitada pelos vértices:” deve ser traduzido para o inglês como “*The area where the wind turbines will be installed is limited by the vertices:*”, no lugar de “*The area where the wind turbines will be installed in the following vertices*”.

A figura 1 do DCP versão em português apresenta o nome do projeto em inglês enquanto o mesmo deveria ser grafado em português.

Página 05, item A.4.3, parágrafo 6 apresenta valores numéricos com (,) e (.) respectivamente usados para milhar e casa decimal, enquanto em português o contrário deve acontecer. Ainda nesse item o parágrafo 7 é iniciado com uma sentença em inglês, a saber: “*The Project will be equipped with*”.

O mesmo erro de tradução de valores numéricos descrito acima volta a acontecer na página 06, item A.4.3, tabela 2. Características da usina.

Na página 7 Seção B, item B.1, lê-se “Versão 12.1” enquanto deveria ler-se “Versão 12.1.0”.

A Figura 2. Esquema do fluxo do projeto é apresentada na página 9 sem as respectivas legendas constantes na versão em língua inglesa.

No item B.4 parágrafo 2 lê-se “ACM0002 Versão 12.1” enquanto a grafia correta deve ser “ACM0002 Versão 12.1.0”.

Na página 15 da versão em português do DCP é necessário substituir ponto (.) por vírgula (,) na frase “... rendimento de 10.68%11. O mesmo acontece na segunda linha da página 16.

Tabela 11, título, parágrafo inicial, primeira linha e última coluna não foram traduzidos para o português.

Tabela 13 não foi traduzida para o português. Primeira linha após a tabela também não está traduzida.

Significados das siglas para o cálculo das emissões da linha de base e título das emissões da linha de base na seção B.6.1 não foram traduzidas para o português.

Tradução errada na tabela da seção B.7.1 para o parâmetro fator de emissão menciona que este será “exposto”, o que não faz sentido, o parâmetro é “ex post”, ou seja, será recalculado durante o período de verificação.

A figura 3 na página 19, todo conteúdo da página 24 que se estende até a página 25 e a tabela 13 na página 26 do DCP não foram traduzidos para o português.

Na página 26 deve-se excluir a frase “*Currently, all registered wind farm projects are in operation. These plants also have issued CER's in this*” pois a mesma já esta traduzida no mesmo parágrafo.

O último parágrafo da Sub-etapa 4b na página 26 esta traduzido de forma errada pois o termo “unlikely” da versão em inglês foi desconsiderado no DCP em português.

No item B.6.1, página 26, a descrição da fórmula usada para o calculo de reduções de emissões e o título “Project emissions” devem ser traduzidos para o português.

Falta um sinal ortográfico de parêntese na última linha da página 31.

A primeira linha da página 32 lê-se “O valor publicado no *website* da AND 33 34 para o BM para o ano de 2009 é de 0.0794.” enquanto o correto seria “O valor publicado no Web site da AND 33 para o BM para o ano de 2009 é de 0,0794.” Pois a nota de rodapé 34 não condiz com a versão do PDD em inglês.

O “ponto” do valor numérico deve ser substituído por “vírgula” na versão em português, nas paginas 34, 38, 40.

Na página 36 a sigla para Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) aparece com grafia incorreta e sem o nome escrito por extenso.

Item 3.2 da página 41 referente a Realização das validações dos dados precisa ser conferido diante da versão em inglês pois houve perda de informação e erros ortográficos na versão em português.

O conteúdo da nota de rodapé número 38 não é consistente entre as versões em português e inglês.

A descrição da fórmula usada para o calculo do fator de perda na página 55 onde lê-se “equação 4” deveria ser “equação 8”.

O PDD versão em inglês apresenta na página 15 *Sub-step 2c* o símbolo da moeda brasileira invertido, lê-se \$R no lugar de R\$. O mesmo acontece na página 17.

O item B.71, a quinta linha da tabela apresenta valores discrepantes entre a versão PDD em inglês e o DCP em português, respectivamente, 85.709 GWh/year e 59.904 GWh/ano. Outra discrepância acontece na página 38, onde no DCP o termo “subestação Salitre I” não condiz com o termo “*substation* João Câmara” da versão PDD em inglês.

No Relatório de Validação

Na página 2 do relatório de validação versão em português a Versão inicial do PDD data de 2011-11-16 enquanto que na versão em inglês a data informada é 2011-01-26. Na mesma página, os campos “Initial PPD version” and “Final PDD version” são informadas as datas, porém falta informar o numero da versão..

Ao longo do relatório de validação versão em português as datas aparecem grafadas em formato inglês (ano/mês/dia) enquanto deveriam ser apresentadas como (dia/mês/ano).

Ao longo do relatório de validação versão em português as siglas não foram traduzidas permanecendo na grafia inglesa, CL- Pedido de esclarecimento, CAR - Solicitação de ação corretiva, FAR - Pedido de ação a termo, enquanto deveriam ser grafadas respectivamente, CR, SAC e SAF. Outras siglas como IRR e PDD também não foram traduzidas para sua correspondente em português, respectivamente TIR e DCP ao longo do documento.

Na página 24 do relatório de validação versão em português, a linha conclusão da FAR D1 não apresenta o mesmo resultado da versão em inglês do relatório.

O item 5.1.2 do relatório de validação versão em português não esta fiel a versão em inglês, pois apresenta informações referentes ao tema “Desenvolvimento tecnológico” que não constam na versão em inglês.

e) Projeto 315/2012 – Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes: a Comissão manifestou parecer em que solicita que a atividade do projeto seja colocada **em revisão**, sendo necessário atender às seguintes exigências:

De acordo com o parágrafo 1º do art. 3º da Resolução nº7 da CIMGC, os convites de comentários enviados pelos proponentes do projeto aos atores envolvidos, interessados e/ou afetados pelas atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo devem ser enviados 15 dias antes do início do processo de validação, de forma a garantir que eventuais comentários sejam incorporados na documentação a ser submetida a esta Comissão com vistas a obter a aprovação das atividades de projeto pela Autoridade Nacional Designada.

Além da necessidade de adequação da atividade do projeto à exigência supracitada, devem ser atendidas as demais exigências:

No Documento de Concepção do Projeto (DCP), em sua Etapa 4 - Análise de Práticas Comuns, foi apresentada a Tabela 6 – Usinas Operantes que estão dentro da faixa de potência da atividade de projeto. No entanto, a análise apresentada leva em consideração a data de concessões de exploração como descrito no parágrafo 02 da página 19. Para tornar mais clara a análise de práticas comuns, solicita-se que seja apresentada uma tabela de UHEs com concessão de exploração a partir de julho de 2004 até novembro de 2010 e com potência na faixa de 126 MW e 378 MW.

Também no DCP, nos cálculos da adicionalidade, pede-se que sejam esclarecidos os valores atribuídos às variáveis N_{diff} e N_{all} .

O DCP, versão 2, de 06 de dezembro de 2012, informa em sua página 7, Seção B, item B.1, que a “Ferramenta para demonstração e avaliação de adicionalidade” adotada é aquela da versão 06.0.0. No entanto, na página 10, subetapa 2a, penúltimo parágrafo, é informado o uso da versão 05.2. Deve-se corrigir a diferença de versões.

A respeito da data de início do primeiro período de obtenção de crédito é relevante registrar que esse período só pode começar após a data de registro da atividade proposta como uma atividade de projeto de MDL. Portanto, pede-se que seja retificada a informação dada pelo

proponente, a qual deve ser que a data também pode ser aquela de registro da atividade de projeto de MDL no Conselho Executivo, o que ocorrer por último – e não o que ocorrer primeiro, como consta no projeto. Lê-se, na pág. 37 do DCP, item D.1, que as resoluções e leis citadas seriam implantadas no Estado do Rio Grande do Sul, quando o projeto localiza-se no Amapá. Pede-se retificação.

A Carbotrader Assessoria e Consultoria aparece como participante do projeto somente na seção B.8 do DCP. Esta informação deveria constar também na seção A.3 e Anexo 1.

Na página 10 do PDD aparece o texto “According to the Tool, if the CDM project activity...”, que foi traduzido com inconsistências para o DCP como “Segundo a versão 05.2 da “Ferramenta para demonstração e avaliação de adicionalidade”, se a atividade de projeto MDL...”

A tabela 4 da página 12 do DCP e PDD estão sobrepostas as notas de rodapé, tornando o ilegível.

A tabela 7 na página do DCP apresenta tradução infiel pois traz duas linhas a mais do que a versão do PDD em inglês.

Na página 19 do PDD o primeiro parágrafo se refere à tabela 7, porém no DCP lê-se “tabela 6”, o mesmo acontece na última linha da página 19 do DCP.

Na página 26 do DCP a frase “Para o cálculo do fator de emissão da margem combinada (EFy) é utilizada uma média ponderada entre os dois fatores acima citados, considerando o peso de 50% para EFOMy e EFBMy para cada.” não foi traduzida de forma fiel ao PDD. Na mesma página a frase “A EGPI,y utilizada no cálculo acima é baseada na estimativa da eletricidade a ser injetada anualmente na rede pela atividade de projeto, a qual leva em consideração a energia assegurada das usinas, informação esta fornecida pela ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia do governo brasileiro.” Não existe na versão em inglês do PDD. A equação que segue o texto desta página foi traduzida com duas letras (coeficientes) faltando.

Outro erro de tradução ocorre na segunda linha da tabela da página 28 do DCP “...calculada utilizando a versão 02.1.0 da ferramenta...” enquanto a versão em inglês do PDD lê-se “...calculated using the latest version of the “Tool...” . Na mesma página, o termo constante PDD “Monthly monitoring and annual update” foi traduzido erroneamente no DCP.

Na segunda tabela da página 29 do DCP, ocorre erro de tradução na terceira linha onde aparece o nome “UHE Ferreira Gomes” e na versão PDD o termo usado é “hydro power plant”. Na mesma tabela o campo “Procedimentos QA/QC a serem aplicados” não teve o seu conteúdo traduzido. O mesmo acontece na última linha da tabela na página 30 do DCP.

O item 4 da página 34 acrescentou erroneamente os termos “Placas instaladas nos equipamentos;” e “Será utilizada a capacidade instalada a qual é um padrão reconhecido para assegurar as características técnicas do projeto” que não aparecem na versão do PDD em inglês.

Na figura 5 da página 35 do DCP faltou o número 01 na legenda de lotação linha gerente.

Na página 36 do DCP consta a frase “ Carbotrader também é Participante do Projeto listada no Anexo 1.” Que não existe no PDD. Na mesma página o item C.2.1.1 não apresenta a data 30/12/2014 constante no PDD.

O primeiro parágrafo do item D1 do DCP traduziu como “...Estado do Rio Grande do Sul...” o termo do PDD “...Amapá state...”

Empresa CARBOTRADER Ltda aparece como participante do projeto somente na seção B.8 do DCP. Esta informação deveria constar também na seção A.3 e Anexo.

Na página 2 do *Validation Report* o último parágrafo do campo sumário os informa que foi avaliada a versão 2 do PDD/DCP. Enquanto na página 9, item 2.1, informa que foi avaliada a versão 1.

É informado no item 5, página 27 do *Validation Report* que as reduções de emissões do projeto estão estimadas em 407.225 em tCO₂e/ano enquanto na página 6 do DCP indica no item A.4.4 reduções de 402.722 tCO₂e/ano.

A versão em inglês do Relatório de validação na página 2 traz a informação de que o número do relatório é CDMVAL-048-01, enquanto que a versão em português traz a informação de número do relatório como sendo, CDMVAL-048-00.

Rodapé da versão em inglês do Relatório de Validação menciona “Version 02 approved: 2010-12-12”. Já a versão em português, na suas notas de rodapé das páginas 2 e 3, a versão 01 aprovado: 2010-xx-xx.

O cabeçalho do protocolo de validação nas páginas 31 à 34, não foi traduzido para o português.

Na tabela da página 03 do Relatório de validação em português o nome de “ Ms. Francy Ramirez” não aparece no campo “ Trabalho Verificado por:” conforme consta na versão inglesa.

Na página 4 do Relatório de Validação, faltou incluir a sigla CIMGC na última linha da tabela de abreviações.

f) Projeto 316/2012 – PCHs Albano Machado e Rio dos Índios (JUN1115): a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

Encaminhar documentos que comprovem a legitimidade do representante da Carbotrader para assinar as declarações de conformidade das atividades do projeto com as legislações ambiental e trabalhista em vigor, quais sejam, ata da Assembléia-Geral (sociedade anônima), e ainda, a designação (procuração registrada em cartório), emitida por todos os participantes do projeto, todas nomeando ao Sr. Arthur Augusto Clessie de Moraes competência para atuar como responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial.

Nos anexos 3 e 4 da versão em português do Documento de Concepção do Projeto, o título da ferramenta para calcular o fator de emissão de um sistema elétrico não foi traduzido. Deve-se traduzir o documento em sua íntegra, o que inclui o nome das ferramentas e demais metodologias utilizadas;

Os nomes dos participantes Rio do Lobo Energia Ltda. e Casa de pedra Energia S.A., no anexo 1, estão diferentes nas versões em português e inglês bem como não conferem com o nome na seção A.3 . No DCP foi incluído “SPE” antes dos nomes das empresas. Deve-se proceder a esta correção, de modo que não haja divergências entre os termos apresentados no DCP e no PDD;

O DCP item C.2.1.1 informa a data de início do período de obtenção de crédito como sendo “01/07/2012 (or in the UNFCCC registration date, which occurs later)”, entretanto o Relatório de Validação, na página 62, C.2.1 informa a data de 01/01/2011.

No Relatório de Validação, o apêndice A não aparece no índice da versão em português.

No Relatório de Validação, a tabela 4 do protocolo de validação não foi traduzida para o português.

Relatório de Validação, página 62, C.2.2, corrigir o texto “Erro! Fonte de referência não encontrada.”

A estimativa de redução de emissões referente a 2019 (Junho) que consta na tabela do item A.4.3, pág. 7 do DCP, diverge do apresentado na versão em inglês, sendo necessária correção do número no DCP.

8. Curso de Capacitação em Programas de Atividades no âmbito do MDL (PoA)

Dra. Sonia Bittencourt anunciou que o curso sobre PoA, que será realizado pelo MCTI em parceria com a GIZ, foi agendado para 14 a 18 de maio próximo. Informou que o primeiro dia (14) será reservado aos membros e os demais (15 a 18), serão destinados à capacitação de integrantes dos órgãos que compõem a CIMGC.

9. Notas técnicas sobre o uso de fator de emissão pelo método *ex-ante* da margem de operação

Dra. Sonia Bittencourt apresentou a questão lembrando que o consultor Mauro Meirelles de Oliveira Santos foi incumbido na 65ª Reunião da CIMGC de elaborar nota técnica com parecer contendo a simulação de cálculo do Fator de Emissão pelo método *ex-ante* da margem de operação bem como análise das implicações que a disponibilização deste novo fator de emissão acarretaria. Informou sobre as conclusões contidas na referida nota técnica, de que a divulgação da Margem de Operação Simples Ajustada é necessária e não indica qualquer ganho a priori de reduções de emissão, o que poderia ser visto como algo comprometedor da integridade ambiental. A nota técnica é encerrada com a informação de que a divulgação dessa opção de cálculo pode incentivar o desenvolvimento de novos projetos de MDL no Brasil. Em seguida, o representante do MME adicionou o fato de que a solicitação por parte de proponentes é razoável no sentido de atender a projetos que não possuem capacidade de monitoramento horário de sua geração ou economia de energia. Dr. André Carvalho, do MRE, julgou conveniente que a Secretaria Executiva busque esclarecimentos adicionais sobre os antecedentes da questão, junto à equipe da Secretaria Executiva à época. O colegiado foi unânime em concordar com a sugestão do Dr. André, de forma que foi definido que a Secretaria Executiva, após obter os esclarecimentos adicionais supracitados, submeteria à manifestação dos membros, na área de acesso restrito no sítio eletrônico da CGMC, o seguinte texto:

A respeito da solicitação do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, sobre a autorização do uso de fator de emissão pelo método ex-ante da margem de operação, os membros da Comissão Interministerial sobre Mudança Global do Clima presentes na 66ª Reunião Ordinária de 15 de março de 2012, manifestaram uma direção favorável ao pleito, julgou-se conveniente, no entanto, que a Secretaria Executiva da CIMGC obtivesse esclarecimentos adicionais sobre os antecedentes da questão. Os esclarecimentos obtidos foram: (descrever os esclarecimentos). Diante dos esclarecimentos ora apresentados, os integrantes da CIMGC são consultados quanto à confirmação da direção favorável expressa na reunião de 15 de março de 2012. Na ausência de manifestação contrária, a CIMGC aprova o uso de fator de emissão por margem de operação simples ajustada (simple OM e/ou adjusted OM) para ser utilizada ex-ante, além daquele que já vem sendo utilizado, ou seja, fator de emissão do método da margem de operação pela análise dos dados de despacho.

10. Formulário PCH-5MW

Dra. Sonia Bittencourt reapresentou o tema, abordado na reunião anterior da Comissão e apresentou a proposta do formulário já preenchido pelo consultor técnico Breno Teixeira com o auxílio do representante do MME, Sr. Luís Fernando Badadhan, para que os membros tomassem conhecimento de seu conteúdo e sugerissem alterações, caso julgassem necessário. Foram sugeridas as seguintes alterações na lista de tecnologias recomendadas a receberem adicionalidade automática: substituir “Energia Fotovoltaica” por “Energia Solar”, incluir “Energias Marinhas” e excluir “Energia Geotérmica”. A Secretaria Executiva procederá ao encaminhamento da documentação preenchida ao Conselho Executivo do MDL.

11. Novos Projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC

- Projeto 322/2012 - Complexo Eólico União dos Ventos, Serveng Civilsan S.A., recebido em **31/01/2012**
- Projeto 323/2012 – Pequena Usina Termelétrica na ETE Arrudas da Copasa MG – recebido em **03/02/2012**
- Projeto 324/2012 – Energia Eólica Renova Área 6-8 – recebido em **06/03/2012**
- Projeto 325/2012 – Uso de Carvão Vegetal Proveniente de Plantios de Biomassa Renovável como Agente Redutor de Ferro-gusa no Brail – recebido em **07/03/2012**
- Projeto 326/2012 – Aeolis Beberibe Wind Park – **recebido em 08/03/2012**
- Projeto 327/2012 – Aeolis 2011 Wind Parks – **recebido em 08/03/2012**
- Projeto 328/2012 – Pequena Central Hidrelétrica de Serra dos Cavalinhos I – **recebido em 08/03/2012**
- Projeto 329/2012 – UTE São Borja – **recebido em 09/03/2012**

1. Síntese da Análise dos projetos:

Nome do projeto	Status antes da reunião	Status após a reunião
311/2011 - Projeto de MDL Passos Maia	Submetido	Em revisão
312/2011 - Usina Eólica Cabeço Preto	Submetido	Aprovado com ressalvas
313/2011 - Usina Eólica Pedra do Reino	Submetido	Em revisão
314/2012 - Usina Eólica Cabeço Preto IV	Submetido	Aprovado com ressalvas
315/2011 - Atividade do Projeto de MDL da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes	Submetido	Em revisão
316/2012 - Projeto MDL das PCHs Albano Machano e Rio dos Índios (JUN1115),	Submetido	Aprovado com ressalvas
317/2012 - Renova Usinas Eólicas da Área 1	Submetido	Submetido
318/2012 - Vale Florestar - Reflorestamento de áreas tropicais degradadas na Amazônia Brasileira	Submetido	Submetido
319/2012 - Usina Eólica Pedra do Reino III	Submetido	Submetido
320/2012 - Atividade do projeto de Pequena Central Hidrelétrica de Pipoca	Submetido	Submetido
321/2012 – Projeto de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e de Carbon Finance da Caixa Econômica Federal	Submetido	Submetido
322/2012 Complexo Eólico União dos Ventos, Serveng Civilsan S.A.	Recebido	Submetido
323/2012 – Pequena Usina Termelétrica na ETE Arrudas da Copasa MG	Recebido	Submetido
324/2012 – Energia Eólica Renova Área 6-8	Recebido	Submetido
325/2012 – Uso de Carvão Vegetal Proveniente de Plantios de Biomassa Renovável como Agente	Recebido	Submetido

Redutor de Ferro-gusa no Brail		
326/2012 – Aeolis Beberibe Wind Park	Recebido	Submetido
327/2012 – Aeolis 2011 Wind Parks	Recebido	Submetido
328/2012 – Pequena Central Hidrelétrica de Serra dos Cavalinhos I	Recebido	Submetido
329/2012 – UTE São Borja	Recebido	Submetido

Dra. Sonia Bittencourt perguntou aos presentes se havia mais alguma ponderação a ser feita e como não houve manifestação, ela declarou encerrada, às 20h35, a 66ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.